


**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**
**COMARCA DE SÃO CARLOS**
**FORO DE SÃO CARLOS**
**1ª VARA CÍVEL**
**R. SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760**
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**
**SENTENÇA**

Processo Físico nº: **0003238-27.2013.8.26.0566**  
 Classe – Assunto: **Procedimento Ordinário - Fornecimento de Energia Elétrica**  
 Requerente: **Neusa Terezina de Souza Pedreschi**  
 Requerido: **Cpfl Companhia de Energia Elétrica**  
 Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Milton Coutinho Gordo**

**CONCLUSÃO**

Aos 22 de abril de 2014, faço estes autos conclusos ao MM. Juiz de Direito, o Exmo. Sr.

Dr. **MILTON COUTINHO GORDO.**

Eu,....., esc., digitei e subscrevi.

Processo nº 335/2013

VISTOS.

NEUSA TEREZINHA DE SOUZA PEDRESCHI ajuizou a presente ação DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITO c.c. RELIGAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA em face de CPFL – COMPANHIA PAULISTA DE FORÇA E LUZ.

Alegou a requerente, em síntese, que é proprietária de um imóvel localizado na rua Monteiro Lobato, nº 2215, que em 01/02/2012 locou ao Sr. Cláudio Donizete. Ocorre que o locatário desocupou o imóvel sem quitar as últimas contas junto a CPFL, deixando “em aberto” um débito de R\$ 651,31, que acarretou o corte do fornecimento de energia elétrica. Sustentando que entrou em contato por diversas vezes com a requerida sem obter sucesso, ingressou em juízo para que seja ela compelida a religar a energia elétrica sem o

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE SÃO CARLOS****FORO DE SÃO CARLOS****1ª VARA CÍVEL****R. SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760****Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

pagamento da importância referida e para ver declarada a inexistência do débito sobre o imóvel.

A inicial veio instruída com documentos.

A antecipação da tutela foi deferida a fls. 18/19.

Devidamente citada, a requerida apresentou contestação às fls. 23 e ss alegando que o corte de energia em 09/01/2013 foi motivado pelo inadimplemento da unidade consumidora; que a autora já havia procedido à autorreligação de forma ilícita, o que procedeu a novo corte em 03/02/2013; que a interrupção nesses casos é autorizada pela ANEEL; por fim, rebateu a inicial e pediu a improcedência da ação.

Não houve manifestação a título de réplica (cf. fls. 48v).

Instadas a produzir provas, a requerida pediu o julgamento da lide e, subsidiariamente, o depoimento pessoal da requerente e juntada de documentos (fls. 51/52), e a requerente não se manifestou (cf. certidão de fls. 52).

As partes foram convocadas para audiência de conciliação, que resultou infrutífera (fls. 55).

Declarada encerrada a instrução, apenas a requerida apresentou memoriais (fls. 77/78).

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE SÃO CARLOS****FORO DE SÃO CARLOS****1ª VARA CÍVEL****R. SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760****Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

É o RELATÓRIO.

FUNDAMENTO E DECIDO.

A ré não contesta o fato de o então consumidor Cláudio Donizete de Melo não se encontrar mais ocupando o imóvel.

Há nos autos prova documental – também não contestada – indicando que sobredito senhor era locatário da unidade consumidora.

É firme o posicionamento da Jurisprudência no sentido de atribuir a responsabilidade pelo pagamento da tarifa de energia elétrica àquele que efetivamente usufruir dos serviços prestados, não se transferindo a obrigação ao proprietário do imóvel ou mesmo ao consumidor que lhe sobreveio.

No caso examinado, há prova documental indicando que o consumo da energia faturada coube a CLÁUDIO DONIZETE DE MELLO, antigo locatário do imóvel e não a autora, proprietária.

Tratando-se como se trata de obrigação “propter personam” e não “propter rem” (como quer a ré), é de rigor o acolhimento do reclamo sem mais delongas, cabendo a ré exigir o pagamento do montante descrito daquele como quem contratou no período e liberar o fornecimento de energia no local, inclusive em nome do atual locatário, que, obviamente deve comparecer ao seu departamento específico para fins de transferência da titularidade.

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE SÃO CARLOS****FORO DE SÃO CARLOS****1ª VARA CÍVEL****R. SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760****Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

Nesse sentido Apelação Cível 70052902475, 21ª Câmara Cível do TJRGS – em 08/05/2013.

Mais, creio é desnecessário acrescentar.

\*\*\*

Pelo exposto e por tudo o mais que dos autos consta, JULGO PROCEDENTE O PEDIDO VESTIBULAR, para o fim de DECLARAR entre as partes a inexistência do débito de consumo de energia elétrica do período de setembro/2012 janeiro/2013, do imóvel sito na Rua Monteiro Lobato, 2215 – Centro – Nesta, conforme documentos de fls. 11/14, devendo a requerida, exigir o pagamento do referido montante do locatário do imóvel à época, ou seja, Sr. Cláudio Donizete de Mello.

No mais, deverá a requerida liberar o fornecimento de energia no local, inclusive em nome do atual locatário, observados os trâmites administrativos pertinentes.

Ante a sucumbência, fica ainda a requerida condenada ao pagamento das custas e despesas do processo e honorários advocatícios ao patrono da autor, que fixo, por equidade, em R\$ 724,00.

P. R. I.



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**1ª VARA CÍVEL**  
**R. SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

São Carlos, aos 05 de maio de 2014.

MILTON COUTINHO GORDO

Juiz de Direito

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,  
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**